

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) – Comunicação de**

Líder: Quero saudar os colegas vereadores, o público nas galerias e o público que nos assiste pela TV Câmara. Minha fala de liderança hoje é para fazer um panorama geral da relatoria do orçamento de 2020 – tive a honra e a responsabilidade de ser o Relator neste ano. Teremos mais de 900 proposições para apreciação pelo Legislativo. Os vereadores têm, agora, no próximo ano, essa novidade, que são as emendas impositivas. De antemão, quero agradecer

especialmente à minha equipe, ao Rafael Abreu, ao Clauber Scherer, o Gustavo Fernandes, que tiveram longos dias, tardes e noites, enfim, ajudando a montar esse relatório, que agora já está à disposição da CEFOR para votação amanhã. Em breve, deverá ser votado pela Câmara todo o orçamento.

Para passar um panorama geral para todos os colegas, para fins de esclarecimento e transparência, também, como é que se deu esse processo? Nós tivemos 934 alterações à Lei Orçamentária Anual de 2020, que foram apreciadas e alteradas em um prazo formal de pouco mais de 72 horas. A nossa equipe teve 48 horas para montar o relatório. Tivemos participação ativa... E eu faço questão de registrar um agradecimento à Diretoria Legislativa e à sua equipe, também aos servidores e integrantes da CEFOR, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Planejamento e Gestão e da maior parte dos gabinetes dos vereadores, que contribuíram fazendo os reajustes, correções e alterações necessárias para que o processo se desse da melhor forma possível.

Nós tivemos um total de 839 emendas apresentadas, sendo 5 emendas populares, 47 emendas parlamentares e 787 emendas parlamentares de execução impositiva. Acho que cabem aqui especialmente os questionamentos que a imprensa fez sobre o volume de emendas impositivas. O Ver. Cassio fez uma reflexão, em conversa entre os vereadores: no Congresso Nacional, nós temos 25 emendas por parlamentar, se nós fizéssemos esse mesmo comparativo, nós teríamos cerca de 900 emendas aqui, na Câmara Municipal, nós ficamos um pouco abaixo disso. Então, não me espanta, na verdade, o volume de emendas. Aliás, fiquei feliz ao analisar cada uma delas, e ver que cada uma delas contempla demandas populares, beneficiará a população de Porto Alegre, e portanto, atende as mais diversas e complexas necessidades da nossa população. Nós tivemos ainda protocoladas 80 subemendas, pelos próprios autores; uma mensagem retificativa,

do Executivo, que inclusive, veio em cima do prazo de vencimento do recebimento das emendas, e uma subemenda à mensagem retificativa, essa que boa parte dos vereadores assinaram em conjunto, por conta do prazo muito exíguo para fazer as alterações. Por parte do relator, nós apresentamos, eu apresentei duas emendas com alterações, envolvendo as rubricas atinentes às emendas impositivas destinadas à saúde, respeitando então a norma vigente, e também 35 subemendas, todas com vistas a corrigir equívocos formais nas emendas. É importante deixar claro que todas as emendas de relatoria tiveram como critério a gente atender às normas formais. Não entrei, em nenhum momento, nas questões de mérito da proposição, porque entendo que é autonomia de cada um dos parlamentares fazerem a sua destinação.

Sobre os critérios de análise, e é aí que o relatório virá com os aceites ou rejeições das emendas, eu faço questão de deixar claro que o critério de apreciação das impositivas. Nós entregamos um documento via SEI, e também comunicado nesta tribuna a todos os colegas vereadores no início do processo sobre critérios utilizados. Então, as emendas que deveriam ter destinação de recursos para atividades já previstas pela lei orçamentária, conforme já prevê a nossa legislação, em caso de entidades de utilidade pública foi requerida a declaração de utilidade pública, tanto que estava presente na lista anexa da LOA, ou por meio da apresentação da lei que fazia com que o reconhecimento houvesse, e sempre que possível, tivesse a criação da subatividade para facilitar a execução da proposta.

Sobre a rejeição é importante notar que nenhum julgamento teve por base o mérito, que nem eu já falei, nas emendas impositivas, e não foi feita nenhuma avaliação de condições técnicas por parte do Executivo de executar essas propostas. Nós até entendemos o argumento do Executivo da dificuldade, dado o volume de fazer o acompanhamento e viabilização. Mas especialmente, por ter vindo uma retificativa do governo, tão próxima do prazo, nós entendemos que não era viável em tempo hábil fazer a reorganização e retificação de todas as emendas para atender isso. Entendemos que nesse volume de emendas é possível a execução. Nós não utilizamos como mérito na nossa análise de rejeição ou aprovação a viabilidade de pelo Executivo acompanhar isso. E nós temos pela lei um prazo de 120 dias para adequação, ajuste das emendas entre proponente da emenda ...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Para concluir, por último, como

considerações finais, eu faço essa sugestão, enquanto relator, para que nos próximos anos, nós tenhamos um processo ainda mais bem conduzido, ainda mais simples, fácil de ser conduzido, que nós tenhamos, talvez, alguns critérios que limitem o volume de emendas impositivas, talvez pelo limite de valor ou limite o número de emendas. Entendemos que esse primeiro ano não cabia acolher a retificativa do governo por ter tido muito pouco tempo para fazer as adaptações, mas acho que é papel, inclusive, desta Casa decidir em conjunto, enquanto Parlamento, que regras gostaria de ter, como elas se dariam. Então, acho que o Parlamento Municipal de Porto Alegre pode discutir ao longo do próximo ano esse regramento. A mensagem retificativa apresentada no último dia estabelecido para a apresentação das emendas procurou alterar alguns desses pontos, visando esse regramento e que nós entendemos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... Então, fica como sugestão também ao Executivo que elabore um projeto de lei com regramento, organização da execução de emendas impositivas e encaminhe para esta Casa para que nós possamos ter aí um amplo debate plural, por todas as bancadas, todos os vereadores, sobre como gostaríamos, enquanto Cidade de Porto Alegre, de conduzir esse processo. Para encerrar minha fala, quero agradecer a atenção e paciência que todos vocês tiveram comigo e com a equipe, foi um trabalho bastante desgastante, fim de semana a dentro. Estava em palestras, no Rio de Janeiro, no sábado, e, ao mesmo tempo em que não estava dando palestra, estava revisando o relatório. Reforçando o agradecimento à minha equipe e às equipes que se envolveram diretamente com o relatório. Parabenizo a Câmara, acho que ao final de tudo esse processo dará uma mensagem positiva para a Cidade de Porto Alegre de que as emendas impositivas podem ser, sim, na sua maioria, positivas para a Cidade e para o cidadão de Porto Alegre. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)